

**ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE
ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO
ORIENTAÇÕES GERAIS

MARANHÃO
2016

**ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE
ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO**

Flávio Dino

Governador do Estado

Felipe Costa Camarão

Secretário de Estado da Educação

Nádyá Christina Guimarães Dutra

Secretária Adjunta de Ensino

Silvana Maria Guimarães de Machado Bastos

Superintendente de Educação Básica

Alexandrina Colins Martins

Superintendente de Gestão Educacional

Claudinei Rodrigues de Jesus

Superintendente de Modalidades e Diversidades Educacionais

GRUPO DE SISTEMATIZAÇÃO

Alexandrina Colins Martins - SUC
Alice Maria de Souza Beserra - SUAVE
Ana Tereza Bogéa Bittencourt Pereira - PROEIN
Celeste de Jesus Pinheiro França - SUAGE
Célia Cristina Nogueira Barreto - SUAGE
Claudiana Azevedo da Mota - SUAVE
Conceição de Maria Figueiredo Moura - SUTES
Jane Claudia Costa Pinheiro Borralho – SUEM
Jocnilson Mendes Costa - SUPEC
Luís Alex Lopes Correia – Supervisor SUAVE
Luís Câmara Pedrosa – Supervisor SUTES
Maria de Lourdes Rodrigues Teixeira Ramos - SIE
Maria do Socorro de Melo Machado - CEE
Marivalda Carvalho Alves Azevedo – SUAGE
Maria do Socorro Barbosa Tavares - SUEM
Melanie Polary Francly Rabelo - SUC
Paulo Sérgio Campos - SUAVE
Sandra Letícia S. L. Leite – SUEESP
Silvana Maria Guimarães de Machado Bastos- SUEB

COLABORADORES

Ana Cláudia Borges Araújo - SUAGE
Cíntia Lúcia Carvalho de Sousa – SAGRE
Lúcia Maria Carvalho dos Santos – SUNO
Luciléa de Nazaré Rodrigues Ferreira - SUAGE
Marileide Santos Costa – SUPLAN
Maryangela R. Ribeiro Azevêdo - SAPPE
Patrícia Carvalho Passos Granata – SUPGE
Sheyla Albuquerque Soares Tavares da Silva – SUAGE
Vania de Fátima L. de Melo - SUPLAN

Representação Juvenil

Jaine Santana dos Santos - UBES

Revisão de Texto

Delza Maria Sampaio Feitosa

Sumário

Apresentação.....	17
1. Objetivos.....	19
1.1. objetivo geral.....	19
1.2. objetivos específicos.....	19
2. Fundamentação legal.....	19
3. PPP - O que é?.....	20
3.2 PPP - Por que político e pedagógico?.....	20
3.3 PPP - Por que fazer?.....	21
4. Orientações para Elaboração, Implantação e Implementação do Projeto Político Pedagógico na Escola.....	21
4.1 Princípios Norteadores do PPP.....	21
4.2 Elementos Constitutivos do PPP.....	22
5. Roteiro Básico para Sistematização do PPP.....	23
6. Demonstrativo do Acompanhamento das Ações do PPP	24
7. Desafios e Formas de Superação para Elaboração, Implantação e Implementação do PPP.....	27
8. Proposta de Formação Continuada dos Profissionais da Escola.....	29
9. Proposta de Trabalho com os Pais, Comunidade Escolar e Local.....	29
10. Avaliação das Ações do PPP.....	29
Considerações Finais.....	33
Referências Bibliográficas.....	34

**ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE
ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO**

**“Planejamento de longo prazo não
lida com decisões futuras, mas com
o futuro de decisões presentes.”
Peter Drucker**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO

APRESENTAÇÃO

Cabe à Escola pensar sua ação pedagógica, administrativa e financeira de forma coletiva, envolvendo estudantes, professores, funcionários, gestores e comunidade escolar em geral num processo de socialização com vistas a formação humana integral que considere o desenvolvimento de aprendizagens formais com base na valorização da pluralidade cultural e respeito às diferenças locais, além de propiciar o diálogo com os diferentes conhecimentos dos campos científico, filosófico, político, artístico, tecnológico, cultural e econômico. Para tanto é condição indispensável a elaboração do Projeto Político pedagógico - PPP como instrumento organizacional de fortalecimento da identidade da escola pública.

O PPP é o principal documento orientador da escola e por isso deve ser construído de forma participativa e democrática. O planejamento participativo requer o entendimento de que planejar é ato solidário em busca da construção da realidade desejada. Não é apenas organizar a realidade existente e mantê-la em funcionamento (isto seria o planejamento operacional, a administração), mas é transformar a realidade do presente construindo uma nova.

“[...] É bom insistir que o planejamento não é só fazer planta e administrar os recursos, mas é, antes de tudo, esclarecer o ideal, o sonho, o que sempre envolve a discussão de valores e de sua hierarquia”. (GANDIN, 1995, p. 58).

A legislação educacional brasileira nas últimas décadas, fruto da incorporação das lutas por justiça social, acordos internacionais pautados no respeito à vida e à dignidade humana, trouxe para o ambiente escolar o entendimento de que o ato de educar também está associado ao reconhecimento da presença da pluralidade e da diversidade em todos os segmentos escolares (Pais ou responsáveis, Professores, servidores e estudantes). Estes pressupostos, por sua vez, conduzem ao entendimento de que o trabalho pedagógico, enquanto ação educativa transformadora, necessita de elementos aglutinadores, que fortaleçam a ação coletiva e sejam um guia em direção à intencionalidade educativa do PPP: racionalidade, diálogo coletivo, motivação, guia de ações, firmação de acordos, consensos e estabelecimento de contratos pedagógicos e sociais, para orientar a organização da educação de qualidade.

O fortalecimento de um ambiente democrático requer diálogo e respeito mútuo. Paulo Freire (2001, p. 21) afirma o direito de criticar, mas também indica o dever de não mentir ao criticar; instigando um diálogo aberto, curioso,

indagador; capaz de recriar uma prática pedagógica articuladora da autonomia alinhavada em “experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade”. Dessa forma, faz-se necessário o entendimento de que segundo Veiga:

“Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”, Veiga (2004, p.12).

Nesse sentido a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC apresenta nesse documento as orientações básicas para a elaboração/reelaboração, implantação e implementação do PPP das escolas da rede pública estadual de ensino, no sentido de, possibilitar uma unicidade na organização do trabalho pedagógico realizado nas escolas públicas da rede estadual maranhenses, tomando como referência os princípios da gestão democrática.

OBJETIVO GERAL

Orientar e subsidiar as escolas da rede pública estadual de ensino para a elaboração/reelaboração coletiva do PPP, com vistas à unidade e organização das informações, indicando caminhos para que a escola cumpra de forma democrática sua função social, possibilitando, assim, a melhoria da qualidade de ensino e a formação da cidadania.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconhecer o PPP como instrumento que consolida a identidade da escola;
- Articular as ações do PPP com as políticas educacionais da rede pública estadual de ensino;
- Propor a elaboração/reelaboração, implantação, implementação e avaliação do PPP, a partir da realidade escolar;
- Propor estratégias de organização e participação dos segmentos da escola na elaboração/reelaboração, implantação e implementação do PPP.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Projeto Político Pedagógico - PPP tem por base a Constituição Federal de 1988, em seus artigos, 205 a 214, que trata da educação, e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/96-LDB), em seus artigos 3º, 12, 13 e 14, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010) e Diretrizes Curriculares Estaduais do Sistema Público Estadual de Ensino.

Com a aprovação da LDB 9394/96 o PPP passou a ser objeto de estudo e de muita discussão. Esse processo encontra-se respaldado em vários artigos da Lei:

No artigo 12, inciso I, a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. No seu inciso VII, define como incumbência da escola, informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

O artigo 13 responsabiliza o segmento de professores, quanto à participação na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso I) e elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso II).

Na LDB encontra-se a normalização do PPP da escola que deve ter como base a gestão democrática, a formação para a cidadania e os princípios norteadores da educação no país.

No artigo 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola. Com essa exigência, a LDB amplia o conceito da escola para além da sala de aula, envolvendo a sociedade como um todo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - DCNs (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010), tem origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, sendo normas que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE para cada etapa: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; cada modalidade: Educação Especial (Resolução nº 2/2001 - CNE), Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Indígena (Parecer 14/99 - CNE), Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012), Educação Escolar do Campo (Resolução CNE/CEB n.º 01/2002), Educação Profissional; como também para os temas socioeducacionais que são transversais às áreas de conhecimento, apresentando diretrizes curriculares próprias: Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012), Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012), Educação Fiscal e Educação para o Direito do Consumidor (Resolução 07 de 14 de dezembro de 2010), Educação das Relações Étnico-raciais (Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004), e Educação para o Trânsito (Parecer CNE/CEB nº 22/2004)).

As Diretrizes Curriculares Nacionais objetivam nortear a organização dos currículos e direitos de aprendizagens e conteúdos básicos, de modo a assegurar a formação integral básica comum. Esse tratamento integral dos vários aspectos do desenvolvimento humano evidencia a indissociabilidade do educar e do cuidar, preparando os estudantes para a continuidade dos estudos, o mundo do trabalho e a cidadania.

O Parecer CNE/CEB nº 05/2011 indica que “Uma das principais tarefas da escola ao longo do processo de elaboração do seu PPP é o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa”. Nessa lógica, a Resolução

O AEE visa promover a acessibilidade, atendendo às necessidades educacionais específicas dos estudantes público-alvo da educação especial, devendo a sua oferta constar no PPP da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica, a fim de que se possa efetivar o direito desses estudantes à educação.

CNE/CEB nº 02/2012, que institui as DCNEM, determina a reescrita do PPP como uma ação coletiva, num processo de respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Outro ponto importante nesse contexto é a necessidade de institucionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no PPP das escolas, conforme disposto na Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SECADI/2008), bem como, na lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13146/2015).

Além desses dispositivos, nesse processo também devem ser observadas as orientações das Notas Técnicas Nº 13/2008 e Nº11/2010 (MEC/SEESP/GAB); além do disposto também no Decreto Nº 6571/2008 e na resolução Nº 04/2009 - CNE/CEB e o Regimento Escolar da Rede Pública Estadual do Maranhão.

As instituições de ensino deverão inserir no PPP da escola a concessão de Estágio Não Obrigatório aos estudantes do Ensino Médio, conforme legislação vigente.

A necessidade de ofertar à comunidade escolar orientações gerais com vistas à formação de cidadãos participativos e conscientes do seu papel na sociedade desencadeou o desenvolvimento desse trabalho, centrado em dois eixos norteadores: o papel social da escola e a especificidade do trabalho escolar. O papel social da escola diz respeito à apropriação dos elementos culturais essenciais à compreensão mais elaborada e sistematizada da realidade física, cultural, social, econômica e política. A escola, pois, tem como objeto específico o conhecimento produzido historicamente pela humanidade, o qual deve ser trabalhado de forma a propiciar a ampliação da visão de mundo dos sujeitos.

PPP - O QUE É?

Segundo Libâneo-2004 PPP “é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”(2004). Ou seja tem uma função horizontal e vertical. Tem um vínculo com expectativas da educação nacional e do sistema estadual, como também com as demandas da própria escola e comunidade em que a mesma está inserida.

Na visão de Celso Vasconcelos, o PPP é um instrumento teórico metodológico para intervenção e mudança da realidade, constituindo-se em um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação, (1997). Logo, o PPP define a identidade da escola, oportunizando-a pensar a sua ação educativa, podendo ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar, significar e ressignificar

Envolver a comunidade nesse trabalho e compartilhar a responsabilidade de definir os rumos da escola é um desafio e tanto. Mas o esforço compensa: com um PPP bem estruturado. A escola tem assim, sua identidade legitimada e a equipe, segurança para tomar decisões.

as atividades desenvolvidas pela escola. Então, sua dimensão político pedagógica caracteriza uma construção ativa e participativa, vivenciada em todos os momentos pelos diversos segmentos escolares.

PPP - POR QUE POLÍTICO E PEDAGÓGICO?

O PPP é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. É político, pois todo o projeto pedagógico da escola está intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e aos interesses reais e coletivos da maioria da população.

É pedagógico no sentido de definir as ações educativas, de acordo com as características das escolas e suas necessidades de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. Nesse contexto, os níveis político e pedagógico estão sempre juntos, ou seja, o político refere-se à intenção explícita de educação da escola e o pedagógico às diversas estratégias de organização do seu trabalho educativo.

PPP - POR QUE FAZER?

Ora se o PPP “é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade” (André - 2001), a sua elaboração/reelaboração, implantação e implementação torna-se fundamental por:

- Garantir a consolidação da gestão democrática;
- Propiciar a autonomia e estimular a participação, a cooperação, a responsabilidade e a criatividade;
- Oportunizar à escola conceber, implantar, implementar e avaliar o seu próprio trabalho, evitando o espontaneísmo, concretizando a função do PPP, na condução de um processo educativo contínuo e coletivo;
- Possibilitar a formação de cidadãos participativos, responsáveis, comprometidos e críticos;
- Desencadear um permanente exercício da cidadania.

Nesse contexto, gestão democrática se concretiza no processo de efetiva participação, quando a comunidade e os usuários da escola forem os seus gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais.

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA.

A elaboração/reelaboração, implantação e implementação do PPP devem fundamentar-se nos pressupostos da gestão democrática que defende uma ação pedagógica a partir da prática social dos estudantes, do compromisso de superar as fragilidades da escola e potencializar experiências exitosas. Para isso é necessário o domínio dos aspectos metodológicos do planejamento participativo, indispensáveis à concretização das concepções assumidas coletivamente.

Dessa forma, a rede pública estadual de ensino concebe o PPP como conjunto de práticas e procedimentos em dimensões da gestão educacional: de

pessoas, pedagógica, administrativa, de patrimônio, financeira e de responsabilidade social.

A escola deve, portanto, organizar o trabalho pedagógico com a garantia dos objetivos de aprendizagens dos componentes curriculares obrigatórios e os temas socioeducacionais, determinados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estadual, bem como pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, o eixo norteador desse trabalho é o planejamento, cujos planos de ensino e de atividade docente são construídos a partir do método didático de aprendizagem adotado nas Diretrizes Curriculares Estaduais. No PPP da escola esse método deve estar explícito inclusive em sua concepção de formação continuada dos profissionais da escola e reuniões pedagógicas.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PPP

Para que o PPP, como forma de organização do trabalho da escola, seja coerente com a escola pública e democrática, é preciso fundamentar-se nos seguintes princípios básicos:

a) **Equidade:** assegurar direitos iguais a todos, com a garantia do acesso à educação, da permanência, participação e aprendizagem do estudante, devendo ser garantida pela mediação da escola;

b) **Qualidade:** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 3º, inciso IX, garante um padrão de qualidade para educação brasileira, que deve estar articulada à plena realização do direito à educação, no sentido de promover a aprendizagem do estudante.

Nessa perspectiva, a organização curricular torna-se balizadora, conforme ressalta o Art. 13 Res. Nº 2 /2012-CNE, quando deixa claro que as unidades escolares devem orientar a definição de toda proposição curricular, fundamentada na seleção dos conhecimentos, componentes, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e forma de avaliação, contemplando: as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia, e da cultura como eixo integrador entre os conhecimentos de distintas naturezas, contextualizando-os em sua dimensão histórica e em relação ao contexto social contemporâneo.

c) **Gestão democrática:** ampla participação dos representantes da comunidade escolar nas decisões/ações administrativas e pedagógicas, da escola, assegurando sua transparência e legitimidade, garantindo a efetividade das ações acordadas;

d) **Liberdade:** está associado à ideia de autonomia, devendo ser pensada na relação entre os diferentes segmentos da escola, em um contexto participativo, onde todos tem oportunidade na tomada de decisões e, responsabilidades sobre elas.

e) **Valorização do Magistério:** a qualidade de ensino e o sucesso na tarefa de educar estão intimamente relacionados a:

- formação inicial e continuada, com base na reflexão sobre as práticas pedagógicas, tempos de estudo coletivos desenvolvidos permanentemente de forma sistemática;

- condições de trabalho que envolvem desde a carreira docente até a infraestrutura física da escola, equipamentos e recursos pedagógicos, cabendo à escola viabilizar ações possíveis no âmbito de sua atuação.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PPP

Outro aspecto importante na construção do PPP é referente aos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico:

a) **Finalidades da escola:** referem-se aos objetivos para todos os segmentos escolares, expressando as prioridades da escola de forma clara e significativa.

b) **Estrutura organizacional:** a escola dispõe de dois tipos básicos de estrutura: a administrativa e a pedagógica, as quais são responsáveis pelas ações administrativas, pedagógicas e financeiras.

c) **Currículo:** constitui-se na organização do conhecimento historicamente construído e sua reconstrução na escola, envolvendo, necessariamente, a interação entre sujeitos que tem um mesmo objetivo, e a opção por um referencial teórico e legal que o sustente.

d) **Tempo escolar:** para elevar a qualidade do trabalho pedagógico, torna-se necessário que a instituição educacional organize seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a instituição como instância de educação continuada, sem comprometer o tempo estabelecido legalmente para as atividades letivas.

e) **Processo de decisão:** mecanismo institucional de participação de todos os envolvidos com o processo educativo, que consiste na revisão periódica das atribuições específicas e gerais, sendo necessária uma distribuição de responsabilidades entre os atores. As instâncias de decisão no contexto escolar são: Colegiado Escolar, Caixa Escolar, Conselho de Classe, Conselho de Professor, Grêmio Estudantil e Com-Vidas.

f) **Relações de trabalho:** aspecto básico a ser considerado na concretização do PPP da escola, devendo estar respaldado nas atitudes de solidariedade e reciprocidade. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola que devem convergir para a participação coletiva, em oposição às relações regidas pela divisão do trabalho, fragmentação e controle hierárquico.

g) **Avaliação:** Deve ser assumida como prática de análise diagnóstica, qualitativa, processual e de investigação situacional para a tomada de decisão, com vistas à melhoria da qualidade de ensino com foco na aprendizagem.

h)

ROTEIRO BÁSICO PARA SISTEMATIZAÇÃO DO PPP

O PPP da escola, elaborado a partir do processo participativo, deve ser sistematizado para garantir a circulação e análise permanente da sua execução na unidade escolar.

Nessa perspectiva, apresenta-se a seguir uma sugestão de estrutura do texto a ser elaborado coletivamente, propondo a utilização dos instrumentos do

PDE Escola/PDDE Interativo durante todo o processo de acordo com a realidade da escola.

1. **Introdução** - a escola deverá fazer uma pequena apresentação destacando a participação coletiva e a relevância do PPP para a comunidade escolar.

2. **Histórico da Instituição** - destacar os aspectos sociais, econômicos, culturais e geográficos; condições físicas e materiais; caracterização dos profissionais da escola, origem, documentação legal (decreto de criação, resolução de credenciamento da escola e de reconhecimento dos cursos), biografia do patrono e realidade em que está inserida.

3. **Diagnóstico**: os sujeitos que fazem a escola, estudantes (quantitativo, perfil) professores, servidores - (quantidade, formação acadêmica e profissional), Infraestrutura, (instalações gerais, condições materiais de laboratórios específicos, condições de acessibilidade, áreas de convivência e de atividades esportivas, de recreação e culturais). A realidade revelada (escola que temos) – Indicadores de desempenho da escola (identificação de problemas e necessidades a atender) – definição de prioridades.

4. **Fundamentos teóricos metodológicos**

A – Fundamentos legais - Os estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual são mantidos pelo Governo do Estado do Maranhão e vinculados técnica e administrativamente à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, nos termos dos dispositivos constitucionais vigentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais, do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais documentos legais.

Como instituição de ensino a escola deve obedecer aos dispositivos postos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A LDB ao delegar à escola a prerrogativa de elaborar seu PPP, possibilita a construção de sua identidade sem perder de vista os princípios que regem a Educação Brasileira, bem como os dispositivos emanados do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, as Diretrizes Curriculares Estaduais e Resoluções do Conselho Estadual de Educação.

B – Fundamentos filosóficos – descrever o cidadão contemporâneo, levando em consideração as competências, conhecimentos, habilidades, potencialidades e valores essenciais para a vida, constituindo-se na generalidade da cultura brasileira e nas especificidades locais. O espaço da escola torna-se dessa forma, ambiência privilegiada na formação integral de cidadãos capazes de enfrentar os desafios do mundo moderno, contemplando os eixos norteadores da educação integral, trabalho, tecnologia, ciência e cultura, fortalecidos na política “Escola Digna” que traz os princípios teóricos e metodológicos para a garantia da educação de qualidade: Formação integral, inclusão social, respeito a diversidade, a gestão participativa, avaliação institucional e da aprendizagem, ensino comprometido com a aprendizagem significativa e com o uso das tecnologias.

C – Fundamentos metodológicos – retratar a função primordial da escola, possibilitando aos estudantes o acesso ao conhecimento mediado pelo professor na interação com os direitos da aprendizagem, estimulando a

compreensão, generalização, transposição e aplicação de conceitos em situações diversas, de modo a permitir a solução de problemas, o levantamento de questões, avaliação dos resultados de suas ações e a reconstrução do conhecimento, enfatizando os princípios metodológicos: ensino pela pesquisa, práticas de leitura e escrita- letramento nas diversas áreas de conhecimento, raciocínio lógico matemático.

Ressaltar as Diretrizes e Propostas Curriculares de forma a atender a composição curricular; a definição de conteúdos curriculares; a interdisciplinaridade (integração de disciplinas) e transversalidades (definição de temas transversais); distribuição do tempo pelos componentes curriculares; orientação didática; atividade didática integrada; materiais didáticos; parâmetros e instrumentos de coleta de dados para avaliação, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular.

D – Visão estratégica da escola (definir os valores, escrever a missão, e a visão de futuro).

5. Organização Curricular: Na proposta pedagógica o conceito e os processos que envolvem o aprender e o ensinar precisam ser definidos de forma consensual e pactuados por todos os profissionais da escola, visando a uma prática reflexiva com indagações tais como:

Quais as aprendizagens que dizem respeito especificamente ao trabalho pedagógico da escola?

O que se entende por aprender e que processos desencadeiam a aprendizagem?

Como promover a aprendizagem dos estudantes?

- **Planos de ensino:** A partir das matrizes disciplinares apresentadas nas Diretrizes Curriculares da rede pública estadual de ensino, a escola, na organização do trabalho pedagógico, deve desmembrar essas matrizes por ano escolar e período bimestral, de modo a facilitar a sua operacionalização. Os planos de ensino devem ser organizados por disciplina e ano escolar, contendo os elementos essenciais à organização operacional do processo de aprendizagem-ensino em cada período do ano letivo (bimestre ou semestre), conforme o caderno de orientações normativas para o ano escolar.

- **Metodologias de ensino:** Fundamentadas no método didático, as metodologias de ensino se referem à realização do trabalho pedagógico em cada disciplina, considerando as especificidades de seu objeto de estudo e a forma de abordagem na realidade. As metodologias de ensino não são desconectadas do método didático, pelo contrário, representam a forma de operacionalização de cada etapa do método.

A partir das metodologias de ensino definidas para cada disciplina os professores devem buscar as atividades metodológicas mais apropriadas ao desenvolvimento de suas aulas, a partir da contextualização, interdisciplinaridade e transversalidade.

- **Interdisciplinaridade e transversalidade:** O trabalho escolar deve estar articulado às expectativas e demandas da sociedade da qual a escola é parte integrante. Nesse sentido, os desafios postos pela acelerada produção de conhecimentos, tecnologias e informações tornam o mundo mais dinâmico e volátil.

A transversalidade é um caminho metodológico para o rompimento com a prática de ensino meramente disciplinar. Quando o tratamento é transversal parte-se da discussão e análise de temas transversais, sociais e/ou integradores até se chegar aos conteúdos propriamente ditos em cada disciplina.

A caminhada metodológica transversal permite se chegar ao nível de integração entre saberes, conhecimentos e habilidades, que são concernentes ao trato interdisciplinar que é mais epistemológico. Desse modo, os conteúdos específicos dos Temas, orientados pelos três eixos temáticos estabelecidos pela SEDUC: o cuidado com o outro, o cuidado com o meio ambiente e o cuidado com os recursos financeiros necessitam caminhar junto com os componentes curriculares, ampliando a organização do trabalho pedagógico: em uma Programação Temática Anual da Escola: Aula com Tema Transversal, Projeto Didático e Comissão Temática (Com-Vida).

O trabalho sistemático e contínuo com esses componentes resulta nos seguintes produtos: para a escola, o Acordo de Convivência, o Estacionamento Legal, a Horta e outras Ecotécnicas e o Mural da Transparência da Escola (vide Diretrizes Curriculares). Implementando esses conteúdos no currículo, a SEDUC também obteve produtos, a serem utilizados pelas escolas: Caderno de Apoio Pedagógico: Temas _ A Educação para o Trânsito e Caderno de Apoio Pedagógico: Temas_ A Educação Fiscal.

- **Avaliação:** A finalidade da avaliação no trabalho pedagógico escolar é a aprendizagem do estudante, uma vez que esta representa o cumprimento ou não da missão da escola. Os meios e as condições de que o trabalho pedagógico escolar dispõe para a efetivação da aprendizagem devem ser analisados e corrigidos em tempo hábil para não comprometerem o resultado – a aprendizagem.

Na dimensão pedagógica a Sistemática de Avaliação da Aprendizagem expressa a forma como a escola deve realizar a prática avaliativa, conforme documento orientador da Rede Estadual – Guia do Professor.

6. **Metas a serem alcançadas:** A escola deverá definir metas a partir da elaboração do plano de gestão tomando como base as dimensões da gestão educacional, uma vez que é pelas dimensões que serão asseguradas a efetivação das ações pedagógicas, cujos fins estão atrelados à dimensão social de formação do cidadão.

A discussão das dimensões da gestão permitirá o aprofundamento do conhecimento acerca do trabalho de organização da escola, focalizando o exercício da autonomia pedagógica em suas diversas dimensões:

A – gestão de pessoas – A escola terá como objetivo alcançar as metas a partir de pessoas e para pessoas. O alcance dos resultados dependerá da capacidade de aperfeiçoar processos, compartilhar responsabilidades, gerir recursos e motivar pessoas.

Elementos fundamentais da gestão de pessoas:

- Motivação e desenvolvimento de espírito comprometido com o trabalho educacional;
- Formação de espírito e trabalho de equipe;
- Cultivo de diálogo e comunicação abertos e contínuos;

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO

- Interrelacionamento pessoal orientado pelo espírito humano e educacional;
- Capacitação em serviço orientada pela promoção de um ambiente centrado na aprendizagem continuada;
- Desenvolvimento de uma cultura de avaliação e auto avaliação.

B – gestão pedagógica - A dimensão pedagógica constitui-se, na sua essência, a organização do processo de aprendizagem e ensino, vivenciado pela escola. Expressa o detalhamento operacional das legislações educacionais, inclusive das Diretrizes Curriculares da rede pública estadual de ensino, ao qual a instituição escolar está vinculada, uma vez que traduz os objetivos educacionais em graus de autonomia pedagógica.

A gestão pedagógica envolve:

- Metodologias transversais e contextualizadas;
- Avaliação contínua e permanente, que perpassem por todas as áreas de conhecimento, contemplando os temas;
- Participação, cooperação e aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo;
- Princípios orientadores, incluindo características regionais e locais referidas na parte diversificada;
- Envolvimento de todos os membros da equipe pedagógica, professores, supervisores e gestores escolares no processo de elaboração/reelaboração da Proposta Pedagógica;
- Elevação dos indicadores educacionais do Estado;
- Prática de atividades vivenciadas no contexto escolar e também em outros espaços de aprendizagem;
- Fortalecimento do protagonismo juvenil.

C – gestão administrativa – A escola deverá organizar a rotina de trabalho técnico administrativo aliando à prática às ações propostas no PPP.

As atividades desenvolvidas nessa dimensão devem apoiar o trabalho docente, propiciando melhores condições físicas e materiais na execução das ações pedagógicas, bem como empregando recursos disponíveis, cujas diretrizes estão fundamentadas no Regimento Escolar da rede pública estadual de ensino.

A gestão administrativa envolve:

- Aspectos físicos e materiais (didáticos);
- Recursos humanos (composição das equipes);
- Nível de organização, qualificação e atualização dos professores (plano de carreira).

D – gestão de patrimônio – O bom funcionamento da escola depende das condições materiais (instalações e equipamentos) para que a aprendizagem e o ensino aconteçam de forma adequada.

A gestão de patrimônio envolve:

- O prédio bem conservado e com aparência atrativa;
 - A escola com espaço disponível para atividades de leitura e pesquisa;
- As salas de aula, laboratórios e biblioteca com boa condição de uso;

Os estudantes conscientes de sua participação na conservação do patrimônio escolar.

E – gestão financeira – A participação do cidadão e o exercício da cidadania na gestão da escola estão diretamente relacionados a um processo mais amplo de democratização da sociedade. Desse modo, tornar realidade a gestão financeira da escola, enquanto prerrogativa constitucional requer a participação de toda a comunidade escolar e de lideranças comprometidas com este novo modo de gerenciar a escola.

O processo de construção coletiva possibilita à escola uma reflexão de sua prática cotidiana, eliminando decisões centralizadas, cedendo espaço a autonomia do cidadão.

A gestão financeira envolve:

Recursos financeiros disponíveis (recebidos ou obtidos pela própria escola);

Formas de aplicação das verbas, tendo como referência a definição das necessidades e das prioridades da escola em relação ao processo de aprendizagem e ensino.

F – gestão de responsabilidade social – Estabelece a relação entre a escola com a sociedade e as várias esferas do sistema público de ensino: municipal, estadual e federal.

Busca-se a autonomia da escola sem ferir os princípios da legalidade e responsabilidade, observando o disposto na Constituição Federal e na LDB em relação à educação.

A gestão de responsabilidade social envolve:

As formas de acesso da comunidade a escola, ou seja, garantia da universalização do ensino (o grau de satisfação da comunidade em relação a escola);

A interação escola – comunidade, a democratização da escola considerando seus vários segmentos;

O intercâmbio de programa e projetos cultural e digital entre comunidade – escola (se a escola desenvolve programas e projetos que possibilitam a inclusão social);

O desenvolvimento da responsabilidade social com ações voltadas para problemáticas existentes no entorno da escola.

7. Acompanhamento/Avaliação - descrição de como se dará o acompanhamento para execução do PPP, utilizando-se de meios apropriados, que visem controlar e melhorar os processos e produtos de forma contínua, atuando sem intervalo nem interrupções.

Para a celeridade e o aperfeiçoamento dos processos de uma escola, é necessário identificar as causas e seus problemas, implementando soluções. É importante ressaltar também, que é fundamental para o sucesso da escola ter clareza que todo processo é cíclico, formado por atividades planejadas e recorrentes, não possuindo um fim predeterminado.

As etapas de acompanhamento e monitoramento envolvem:

- Planejamento: o plano será efetivado com base nas diretrizes estabelecidas, objetivos, ações e os caminhos e o método a serem seguidos pelo PPP;

- Execução: colocar o planejamento em prática, isto é, executar o plano de ação previamente elaborado na etapa de planejamento;

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO

- Avaliação: deve-se avaliar o que foi feito durante a etapa da execução, fazendo comparações e identificando as diferenças entre o que foi planejado e realizado, verificando o que foi aprendido, comparando o resultado com as previsões que foram feitas na etapa do planejamento;

- Ação: é a realização das ações corretivas de possíveis falhas encontradas durante o processo, visando a intervenções apropriadas. Após essa ação, deve-se repetir o ciclo. É nessa etapa que o ciclo reinicia dando continuidade ao processo da melhoria contínua.

DEMONSTRATIVO DO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PPP

A elaboração e execução do PPP da escola devem ser sustentadas por um acompanhamento contínuo e sistemático da equipe gestora com a participação da comunidade escolar.

É importante, também, que haja responsáveis pela mobilização da escola, para que a comunidade discuta sobre a efetividade do PPP. Para o acompanhamento sugere-se o detalhamento abaixo:

Relatório de Acompanhamento			Reunião:	
Escola:			Data:	
Meta:			Gestor:	
Planejado	Executado	Resultado	Pontos Problemáticos	Ações corretivas/responsável/prazo

DESAFIOS E FORMAS DE SUPERAÇÃO PARA ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Durante a execução do PPP, é perceptível identificar-se algumas dificuldades surgidas no processo, as quais devem ser encaradas como desafios a serem superados, a partir de análises conjuntas com todos os sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, apresentam-se possíveis situações identificadas na escola e as sugestões de formas de superação, esperando que sirvam como referência para reflexão no âmbito escolar.

SITUAÇÃO	O QUE FAZER?
Aperfeiçoamento das formas de trabalho coletivo durante a execução do PPP na escola.	Refletir coletivamente as iniciativas bem sucedidas; Fortalecer o relacionamento interpessoal (troca de informações nos encontros de planejamento, reuniões técnicas pedagógicas) e informações de trabalho (troca de informações em conversas na

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO

	<p>sala de professores); Fortalecer os mecanismos de participação coletiva (colegiado escolar, caixa escolar, conselho de classe, conselho de professores, grêmio escolar, Com-Vidas).</p>
<p>Desenvolvimento pessoal e profissional de todos os segmentos da escola.</p>	<p>Desenvolver ações de formação durante a jornada de trabalho; Orientar os profissionais recém efetivados na escola; Incentivar a participação nas reuniões técnicas do PPP; Realizar reuniões de trabalho para reflexão sobre as práticas educativas; Promover discussão de experiências significativas; Incentivar a pesquisa; Incentivar a participação dos profissionais em outras formações: SEDUC e/ou instituições de ensino.</p>
<p>Associação e participação dos estudantes em processos de solução de problemas e tomada de decisões.</p>	<p>Incentivar o protagonismo juvenil em situações de aprendizagem e participação nos projetos educativos, aulas com temas transversais e a Com-vida; Trabalhar pedagogicamente as relações interpessoais e suas implicações no âmbito escolar e na sociedade, tomando como eixos temáticos: Educação em Direitos Humanos (Relações Étnico-Raciais, Educação no Trânsito e Relações de Gênero). Educação Ambiental - Com-Vida. Educação Fiscal - mural da transparência da escola. (Educação Financeira e Educação para o Consumo). Promoção da gestão democrática.</p>
<p>Envolvimento dos pais na vida da escola.</p>	<p>Buscar formas de compartilhar as ações educativas com os pais, definindo as responsabilidades família & escola; Estabelecer formas de comunicação, a fim de socializar as atividades, eventos, normas e rotinas administrativas e pedagógicas que acontecem na escola.</p>
SITUAÇÃO	O QUE FAZER?
	<p>Identificar possibilidades de participação da escola na comunidade local; Criar estratégias de parcerias junto a pessoas e setores da sociedade; Refletir sobre processos democráticos de</p>

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO

<p>Promoção da gestão participativa na escola.</p>	<p>decisão e mecanismos de integração da escola com a comunidade; Destacar a relação entre a construção do PPP e o exercício da autonomia na escola; Propiciar formas de envolvimento dos estudantes, pais, professores e funcionários, com vistas a uma gestão democrática efetiva; Criar e implementar práticas comunicativas, tais como: assembleia geral e ordinárias, reuniões, uso das mídias, etc; Consolidar formas de participação e gestão colegiada na escola; Registrar as atividades vivenciadas na escola.</p>
<p>Fortalecimento das práticas avaliativas da escola.</p>	<p>Prever momentos de reflexão na escola sobre as práticas avaliativas; Articular as concepções de avaliação com as práticas avaliativas realizadas na escola; Analisar coletivamente as avaliações internas e externas e respectivos resultados para fins de uso pedagógico (propostas de intervenção); Efetivar a avaliação institucional da escola e do sistema estadual, com a participação de todos os segmentos (gestão, supervisão, administrativo, docentes, discentes e família); Garantir os direitos de aprendizagem do estudante no processo avaliativo; Analisar e melhorar processualmente de forma qualitativa a elaboração dos instrumentos para a coleta de dados.</p>
<p>Encaminhamento do estudante, público alvo da educação especial, para o atendimento nas salas de recursos multifuncionais (AEE)</p>	<p>Conduzir o estudante para a matrícula na sala comum, observando o ano a ser cursado; O estudante deve ser encaminhado no contraturno para matrícula no AEE na mesma escola, e, caso não haja sala de AEE na própria escola, deve ser encaminhado para a escola mais próxima que ofereça esse atendimento.</p>
<p>SITUAÇÃO</p>	<p>O QUE FAZER?</p>
<p>Atendimento do estudante público alvo da educação do campo: indígenas, afrodescendentes, quilombolas,</p>	<p>Proceder ao atendimento das populações rurais em suas mais diversas formas de produção da vida deve reafirmar o pertencimento étnico, com metodologias</p>

agricultores familiares, extrativistas, quebradeiras de coco, rendeiras, pescadores artesanais, ribeirinhas, populações itinerantes, artesãos, assentados e acampados da reforma agrária, entre outros.	adequadas à realidade das diferentes populações, podendo haver a organização dos tempos e espaços educativos com base na Pedagogia da Alternância, integrando trabalho e educação, respeitando as atividades produtivas das famílias, o seu tempo e as condições climáticas.
---	--

PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

Indicar as ações de formação continuada que a escola disponibiliza aos docentes e demais profissionais. As ações de formação continuada deverão ser desenvolvidas em período previamente planejado e devem estar em consonância com a política de formação da SEDUC e com a legislação educacional vigente.

PROPOSTA DE TRABALHO COM OS PAIS, COMUNIDADE ESCOLAR E LOCAL

A participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar no processo de mobilização, elaboração, implantação e implementação do PPP é importante para o conhecimento e fortalecimento da identidade da escola.

Nesse sentido, recomendam-se os seguintes encaminhamentos:

- Realização de reuniões da equipe gestora com os membros do Colegiado Escolar com o objetivo de disseminar o trabalho a ser realizado, buscando o envolvimento efetivo dos segmentos da escola e da comunidade local, durante todo o processo de elaboração, implantação e implementação do PPP;
- Discussão, com todos os segmentos, quanto à organização do trabalho, visando à construção coletiva do PPP;
- Sistematização das discussões por meio do preenchimento do quadro “A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS”;
- Definição de um cronograma de reuniões para discutir as etapas de elaboração, implantação e implementação do PPP;
- Composição de equipe responsável pela redação final do PPP (no mínimo dois representantes de cada segmento).

PAIS E OU RESPONSÁVEIS

- Participação no processo de elaboração e avaliação do trabalho desenvolvido na escola, apontando situações e o que fazer para a melhoria do processo.

ESTUDANTES

- Incentivo à participação do Grêmio Estudantil nas discussões com os demais estudantes;

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO

- Discussão em sala de aula referente aos desafios enfrentados na escola, propondo possíveis soluções;
- Realização de encontro com os representantes de cada turma e do Grêmio para socialização e integração dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula para inclusão no PPP.

PROFESSORES

- Realização de reuniões para discussão sobre a prática pedagógica: metodologia, avaliação, relacionamento interpessoal, organização do trabalho docente e demais fatores que interferem na qualidade do processo ensino aprendizagem;
- Organização de um cronograma de estudos definindo os dias, o horário, as atividades e os responsáveis.

GESTORES ESCOLARES

- Mobilizar toda a comunidade escolar visando a propiciar a qualidade e participação efetiva na construção do PPP;
- Coordenar todo o processo de elaboração, implantação, implementação e acompanhamento do PPP;
- Buscar apoio logístico junto a entidades parceiras, no que se refere a recursos técnicos e financeiros.

SUPERVISOR ESCOLAR

- Coordenar, em conjunto com o gestor escolar, as reuniões de planejamento das atividades referentes ao PPP;
- Mobilizar a equipe pedagógica quanto ao cumprimento do cronograma de atividades referentes ao PPP;
- Possibilitar aos segmentos escolares formação específica para apropriação de novos conhecimentos que contribuam para a elaboração do PPP.

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO OU SUPERVISOR

(Membro da equipe técnica da Secretaria e Unidades Regionais de Educação)

- Subsidiar o processo de construção do PPP, alinhando as diretrizes estabelecidas pelos sistemas de ensino;
- Assessorar a equipe gestora na formação de todos os segmentos escolares para a efetiva participação na elaboração do PPP.

DEMAIS SERVIDORES

- Realização de reuniões para a proposição de contribuições ao PPP;
- Promoção de encontros para discussão sobre a organização do funcionamento da escola.

COMUNIDADE LOCAL

- Proporcionar momentos de reflexão acerca das expectativas sobre educação, currículo, avaliação, gestão, aprendizagem, a função social da escola, por meio de questionários, entrevistas, entre outros.

IMPORTANTE

Todo o processo de elaboração, implantação e implementação do PPP, deverá ser registrado, com o objetivo de garantir fidedignamente no PPP o arquivo dos assuntos trabalhados e decisões tomadas nas reuniões.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PPP

A avaliação do PPP deve considerar três grandes eixos: Avaliação da Aprendizagem, Avaliação Institucional e Avaliações em Larga Escala e Indicadores (ver Sistemática de Avaliação da Aprendizagem da Rede Pública Estadual de Ensino – Guia do Professor, Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão e Boletins de Resultados das Avaliações em Larga Escala da SEDUC).

Entendida como parte do processo e não como um fim em si, a avaliação requer a utilização de estratégias, recursos e instrumentos de coleta de dados para a investigação.

A avaliação só terá sentido se tiver como referência fundamental a melhoria do ensino e a garantia da efetivação da aprendizagem como atividade fim.

Sugestões de estratégias para avaliar o PPP

- Elaboração dos instrumentos de coleta de dados;
- Coleta de dados, tabulação, análise e divulgação dos resultados para comunidade escolar;
- Ações de reestruturação para fins de intervenções.

Propõem-se dois períodos para avaliação do PPP:

Atualização geral do PPP

Ocorrerá a cada três anos e primará pela reestruturação integral dos elementos constitutivos do documento, desde o diagnóstico da comunidade escolar, opção metodológica, concepção de aprendizagem e de ensino, papel da escola, concepção de homem.

Atualização parcial do PPP

Ocorrerá a cada ano, no início do ano letivo, com pequenos ajustes no documento, sem alterá-lo significativamente em sua conjuntura, com base em mudanças possíveis eventualmente demandadas por condicionantes externos legais que exijam atualização.

Reflexões sobre como avaliar o PPP

O ato de avaliar, no contexto escolar, assume papel fundamental, por envolver todos os segmentos e proporcionar reflexões sobre sua prática pedagógica, analisando resultados que subsidiarão as ações voltadas para o avanço das aprendizagens dos estudantes.

Torna-se necessário, então, fazer questionamentos que permitirão avaliar, refletir e tomar decisões para a melhoria do desenvolvimento das ações e metas da escola, dentre outros:

- Acontecimentos recentes relacionados ao contexto social dos estudantes e da escola são suficientes para caracterizar uma mudança no diagnóstico do documento?

- Tem havido mudanças no espaço escolar no que se refere à relação entre pessoas, número de estudantes por sala, reforma, etc, que suscitem alteração no corpo do documento? O documento tem atendido a essa necessidade de mudança?
- A escola promove momentos de reflexão teórico-prático sobre a metodologia de aprendizagem e ensino?
- Sendo integrante da rede estadual de ensino, o atual documento tem se adequado às mudanças ocorridas recentemente de acordo com os documentos oficiais (Diretrizes, Propostas Curriculares, Regimento Escolar, Sistemática de Avaliação, dentre outras)?
- O PPP reflete as necessidades da escola?
- As ações propostas no PPP tem correspondido ao embasamento teórico para a garantia dos objetivos de aprendizagens?
- Houve adequação aos diversos segmentos da comunidade escolar?
- Houve entraves para o alcance das metas propostas?
- A equipe foi envolvida na execução das ações propostas no PPP?
- As ações planejadas foram executadas?
- Surgiram novas demandas?
- O PPP tem sido vivenciado efetivamente na escola?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme consta no objetivo geral desse documento, a iniciativa de elaboração coletiva de um caderno de orientações visa a subsidiar as escolas da rede pública estadual de ensino para a elaboração/reelaboração do PPP.

O PPP constitui-se num processo de vivência democrática, uma vez que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam dele, assumindo o compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas que a instituição escolar necessita fazer, permitindo potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns na perspectiva da construção de uma escola pública de qualidade.

Parafraseando Heloisa Luck, o êxito alcançado no trabalho escolar, deve ser alimentado diariamente. É nunca ficar satisfeito com o que já foi conseguido, pois a satisfação nos leva à acomodação. É evidente que, contente com a situação posta, na maioria das vezes, a equipe não atenta para as mudanças emergentes.

É preciso ter cuidado, pois os processos educacionais são complexos e sempre há desdobramentos novos a desenvolver.

O documento deve, então, registrar, de acordo com a especificidade da escola e com as possibilidades discutidas e acordadas entre todos que estão envolvidos no trabalho de reformulação do PPP, as contribuições que os pais ou responsáveis pelos estudantes podem oferecer. Com isso, a escola valoriza os conhecimentos das famílias, comprometendo-se a levá-los



em consideração no processo de aprendizagem e garante que o PPP tenha significado para a comunidade.

Cientes de que a transformação que buscamos passará, necessariamente, pela mediação pedagógica da sala de aula, na relação professor-estudante, sugerimos que a escola tenha um foco especial na orientação e suporte aos professores. Gestores, Supervisores e Professores com maior experiência podem auxiliar seus pares com dificuldades.

Nesse sentido, espera-se que as orientações apresentadas contribuam para a construção da autonomia da escola e a formação humanística e política dos seus sujeitos.

A perspectiva de uma escola aprendente e cidadã perpassa pela reflexão sobre sua intencionalidade educativa, onde o diálogo coletivo desencadeia a necessidade de rever/revisar/reescrever continuamente o PPP.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (org.) Ensinar a Ensinar. São Paulo, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Pacto. Etapa II- Caderno I. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014.

VASCONCELOS, C.S. Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (org). Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (org). Gestão Democrática da Educação: perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terá, 1996.

GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã. Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

GADOTTI, Moacir e Romão, J.E (ORGS). Autonomia da Escola princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 5 ed. Ver. Autores Associados, 2009 (Coleção educação contemporânea).

GUIA DE GESTÃO ESCOLAR / Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. São Luís, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5ª Ed. Goiânia. Editora Alternativa. 2004.

LUCE, Maria Beatriz e Medeiros, Isabel Letícia. Artigo: Gestão da Escola.

MARÇAL, Juliane Corrêa e **SOUSA**, José Vieira. Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?, Módulo III. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

RODRIGUES, Cleide Maria do Amaral. Artigo: O Projeto Político Pedagógico e a Gestão Inovadora.

PROGESTÃO: Construindo Saberes e Práticas de Gestão na Escola Pública/Maria Aglaê de Medeiros Machado, coordenação e organização. – Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2006. 200p.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de & **VEIGA**, Ilma Passos Alancastro (Orgs.) Escola: Espaço do projeto pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.